

Alerta Legislação nº 50, de 10 a 15 dez. 2018

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo do Estado de São Paulo

SECRETARIA DE GOVERNO (SG)

- **NA RESOLUÇÃO SG-56, DE 10-12-2018,**
na ementa, leia-se como segue e não como constou:
Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta, e dá providências correlatas
- **RESOLUÇÃO SG-57, DE 10-12-2018**
Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e das Autarquias do Estado, requisitados pelo TRE-SP, e dá providências correlatas
- **RESOLUÇÃO SG-56, DE 10-12-2018**
Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e Indireta do Estado, e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL

PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
Edição Extra 14/12/2018	<u>DECRETO Nº 9.611, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG - para 2019 das empresas estatais federais, e dá outras providências.
Edição Extra 13/12/2018	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 863, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 , que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.
13/12/2018	<u>LEI Nº 13.756, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP),

sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as [Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991](#) (1), [9.615, de 24 março de 1998](#) (2), [10.891, de 9 de julho de 2004](#) (3), [11.473, de 10 de maio de 2007](#) (4), e [13.675, de 11 de junho de 2018](#) (5); e revoga dispositivos das [Leis nºs 6.168, de 9 de dezembro de 1974](#) (6), [6.717, de 12 de novembro de 1979](#) (7), [8.313, de 23 de dezembro de 1991](#) (8), [9.649, de 27 de maio de 1998](#) (9), [10.260, de 12 de julho de 2001](#) (10), [11.345, de 14 de setembro de 2006](#) (11), e [13.155, de 4 de agosto de 2015](#) (12), da [Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994](#) (13), e dos [Decretos-Leis nºs 204, de 27 de fevereiro de 1967](#) (14), e [594, de 27 de maio de 1969](#) (15), as [Leis nºs 6.905, de 11 de maio de 1981](#) (16), [9.092, de 12 de setembro de 1995](#) (17), [9.999, de 30 de agosto de 2000](#) (18), [10.201, de 14 de fevereiro de 2001](#) (19), e [10.746, de 10 de outubro de 2003](#) (20), e os [Decretos-Leis nºs 1.405, de 20 de junho de 1975](#) (21), e [1.923, de 20 de janeiro de 1982](#) (22).

(1) *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito especial até o limite de Cr\$ 18.350.532.000,00 para os fins que especifica.*

(2) *Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.*

(3) *Institui a Bolsa-Atleta.*

(4) *Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei no 10.277, de 10 de setembro de 2001.*

(5) *Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.*

(6) *Cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS - e dá outras providências.*

(7) *Autoriza modalidade de concurso de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.*

(8) *Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.*

(9) *Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.*

(10) *Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.*

(11) *Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências.*

(12) *Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEEX; altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nos 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória no 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências.*

(13) *Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências.*

(14) *Dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências.*

(15) *Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências.*

(16) *Destina a renda líquida de Concursos de Prognósticos Esportivos à Cruz Vermelha Brasileira e dá outras providências.*

(17) *Destina a renda líquida de um teste da Loteria Esportiva Federal à Federação Nacional das APAEs e determina outras providências.*

(18) *Altera o inciso VIII do art. 5º da Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei no 9.312, de 5 de novembro de 1996, que restabelece princípios da Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à*

Cultura – PRONAC e dá outras providências, aumentando para três por cento da arrecadação bruta das loterias federais e concursos de prognósticos destinados ao Programa.

(19) Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências.

(20) Altera a redação dos arts. 1º, 4º e 5º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências.

(21) Dispõe sobre recursos destinados ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, e dá outras providências.

(22) Modifica a legislação que dispõe sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS.

DECRETO Nº 9.609, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Regulamenta a [Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018](#), para dispor sobre o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública e a gestão dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

DECRETO Nº 9.608, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, firmado em Brasília, em 11 de março de 2013.

DECRETO Nº 9.607, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa.

11/12/2018

LEI Nº 13.755, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018

Estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil; institui o Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística; dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas; e altera as Leis [nºs 9.440, de 14 de março de 1997](#) (1), [12.546, de 14 de dezembro de 2011](#) (2), [10.865, de 30 de abril de 2004](#) (3), [9.826, de 23 de agosto de 1999](#) (4), [10.637, de 30 de dezembro de 2002](#) (5), [8.383, de 30 de dezembro de 1991](#) (6), e [8.989, de 24 de fevereiro de 1995](#) (7), e o [Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967](#) (8).

(1) Estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.

(2) Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis no 11.774, de 17 de setembro de 2008, no 11.033, de 21 de dezembro de 2004, no 11.196, de 21 de novembro de 2005, no 10.865, de 30 de abril de 2004, no 11.508, de 20 de julho de 2007, no 7.291, de 19 de dezembro de 1984, no 11.491, de 20 de junho de 2007, no 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga o art. 1º da Lei no 11.529, de 22 de outubro de 2007, e o art. 6º do Decreto-Lei no 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências.

(3) Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.

(4) Dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e dá outras providências.

(5) Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.

	<p>(6) Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.</p> <p>(7) Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências.</p> <p>Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 10.754, de 31.10.2003)</p> <p>(8) Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.606, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.605, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, firmado em Lima, em 11 de dezembro de 2009.</p> <p><u>DECRETO Nº 9.603, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.</p>
<p>10/12/2018</p>	<p><u>DECRETO Nº 9.602, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Decreta intervenção federal no Estado de Roraima com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Aprova as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de ensino da educação básica, para vigência no exercício de 2019.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 1.049, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Credencia postos aplicadores do exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros - Celpe-Bras</p> <p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU) <u>RESOLUÇÃO Nº 48, DE 28 DE JUNHO DE 2018</u> Dispõe sobre a Matriz de Competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Geral e do Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica no Brasil.</p>

<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 28, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2018</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Deficiência do Hormônio de Crescimento - Hipopituitarismo.</p>
<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 719, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Institui metodologia para auditoria e certificação de informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), relacionada aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.</p>
<p>Ministério das Relações Exteriores (MRE)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 994, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a expedição de carteira de identidade funcional pelo Ministério das Relações Exteriores.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>PORTARIA Nº 3.642, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Aprova o Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Coral-sol (<i>Tubastraea coccínea</i> e <i>Tubastraea tagusensis</i>) no Brasil - Plano Coral-sol, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, coordenação e monitoria.</p> <p>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre o conceito, objetivos, princípios, diretrizes e procedimentos para elaboração e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos mediados pela Educação Ambiental - PPPEA, de Unidades de Conservação Federais e na atuação dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do Instituto Chico Mendes.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>15/12/2018</p>	<p><u>DECRETO Nº 63.928, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a criação de unidade escolar indígena na Secretaria da Educação e dá providências correlatas <i>(Região Miracatu, da Secretaria da Educação, no Município de Iguape)</i></p> <p><u>DECRETO Nº 63.927, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018</u></p>

	Dispõe sobre a outorga da "Medalha Ruth Cardoso"
<p>14/12/2018</p>	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.332, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera a Lei Complementar nº 804, de 21 de dezembro de 1995, que institui o Prêmio de Incentivo à Qualidade para os servidores das classes que especifica</p> <p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.331, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera a Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual</p> <p><u>LEI Nº 16.851, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantias à União em operações de crédito externas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e dá outras providências (...) Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantias à União, para obter garantias nas operações de crédito externas a ser celebradas entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, de um lado, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID ou o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, de outro. (...)</p> <p><u>DECRETO Nº 63.920, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades de Osasco - AME Osasco, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 63.919, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades de Guarujá - AME Guarujá, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 63.918, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades de Diadema - AME Diadema, e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 63.917, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades de Capão Bonito - AME Capão Bonito, e dá providências correlatas</p>
<p>13/12/2018</p>	<p><u>DECRETO Nº 63.915, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Declara a caducidade da parceria público-privada contratada pelo Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, com a Concessionária Move São Paulo S.A., tendo por objeto a implantação e a operação do serviço público de transporte de passageiros da Linha 6 - Laranja</p>

	<p>- do sistema metroviário</p> <p><u>DECRETO Nº 63.913, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Fixa o calendário para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA relativamente ao exercício de 2019 e o percentual de desconto para pagamento antecipado</p>
11/12/2018	<p><u>DECRETO Nº 63.912, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera o Decreto 63.363, de 20 de abril de 2018, que institui, no âmbito do Estado de São Paulo, prazo adicional de adequação para Entidades de Direito Privado sem Fins Lucrativos participantes e beneficiárias do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, instituído pela Lei 12.685, de 28 de agosto de 2007, e dá outras providências</p> <p><u>DECRETO Nº 63.911, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Institui o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e dá providências correlatas</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Social (SEDS)	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>PORTARIA CIB/SP 19, DE 11-12-2018</u> Dispõe sobre as atribuições, fluxos e procedimentos a serem adotados pelos municípios paulistas no âmbito da Política de Assistência Social na execução do procedimento de escuta especializada prevista na Lei 13.431/2017</p>
Educação (SE)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE-79, DE 13-12-2018 (*)</u> Cria Comissão Mista Especial, com vistas à revisão e à atualização das Normas Regimentais Básicas das Escolas Estaduais</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 79, DE 13-12-2018 (*)</u> Altera a Resolução SE 57, de 25-10-2016, que dispõe sobre o processo seletivo de credenciamento de profissionais do Quadro do Magistério, para atuação nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral - PEI, e dá providências correlatas (*) Foram publicadas no DOE Resoluções com duplicidade na numeração</p>
Fazenda (SF)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO CODEC 03, DE 10-12-2018</u> Estabelece a Política de Indicação dos administradores, membros de comitês estatutários e conselheiros fiscais nas empresas sob o controle direto ou indireto do Estado de São Paulo</p>

<p>Governo (SG)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) Retificação do D.O. de 11-12-2018 <u>NA RESOLUÇÃO SG-56, DE 10-12-2018</u>, na ementa, leia-se como segue e não como constou: Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta, e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SG-57, DE 10-12-2018</u> Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e das Autarquias do Estado, requisitados pelo TRE-SP, e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SG-56, DE 10-12-2018</u> Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração Direta e Indireta do Estado, e dá providências correlatas</p>
<p>Habitação (SH)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SH - 93 DE 14-12-2018</u> Define a forma e os procedimentos operacionais para a concessão do Certificado de Subsídio no âmbito do Programa Casa Paulista - Apoio ao Crédito Habitacional – Modalidades Carta de Crédito Individual e Carta de Crédito Associativo, aprovado pela Deliberação Normativa CGFPHIS 020/2018</p>
<p>Meio Ambiente (SMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA-185, DE 15-12-2018</u> Aprova o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Itapeti, unidade de conservação da natureza de proteção integral, criada pelo Decreto 26.890, de 12-03-1987</p> <p><u>RESOLUÇÃO SMA - 165, DE 29-11-2018</u> Regulamenta o mecanismo de regularização da Reserva Legal dos imóveis rurais mediante compensação por meio de alienação ao Poder Público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária, sob a gestão de órgãos da Administração Direta ou de entidades da Administração Indireta do Estado de São Paulo</p>
<p>Planejamento e Gestão (SPG)</p>	<p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-SP-268, DE 4-12-2018</u> Disciplina, no âmbito do Detran-SP, sobre a homologação de sistema informatizado destinado à realização de gerenciamento, administração e integração de pátios de recolhimento, guarda e depósito de veículos, a ser utilizado nos pátios, inclusive os municipalizados, nos termos da Portaria Detran-SP 213, de 05-10-2018, e dá outras providências</p>
<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE 44, DE 13-12-2018</u> Dispõe sobre a nova disciplina do Programa de Ajuda Financeira para capacitação de Procuradores do Estado e servidores da PGE.</p>

<p style="text-align: center;">Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 84, DE 27-11-2018</u> Altera a Resolução SS-41, de 05-05-2016, republicada em 05-07-2016, retificada em 21-10-2016, que disciplina, no âmbito da Pasta, a relação entre os estabelecimentos de saúde, com ou sem fins lucrativos, na participação, no Sistema Único de Saúde, de forma complementar de assistência à saúde aos usuários do SUS/SP, alterada pela Resolução SS-46 de 29-06-2017 e pela Resolução SS-21 de 01-03-2018 que dá nova redação ao anexo I da Resolução SS-41/2016 e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 91, DE 10-12-2018</u> Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Estadual de Bancos de Tecido Ocular Humano (CTEBTOH), a que se reporta a Resolução SS - 114, de 29-09-2014, republicada em 09-10-2014, e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 90, DE 10-12-2018</u> Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Estadual de Rim (CTERi), a que se reporta a Resolução SS - 114, de 29-09-2014, republicada em 09-10-2014, e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 89, DE 10-12-2018</u> Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Estadual de Pâncreas (CTEPa), a que se reporta a Resolução SS - 114, de 29-09-2014, republicada em 09-10-2014, e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 88, DE 10-12-2018</u> Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Estadual de Órgãos Torácicos (CTEOrgT), a que se reporta a Resolução SS - 114, de 29-09-2014, republicada em 09-10-2014, e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 87, DE 10-12-2018</u> Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Estadual de Fígado (CTEFi), a que se reporta a Resolução SS - 114, de 29-09-2014, republicada em 09-10-2014, e dá providências correlatas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 86, DE 10-12-2018</u> Dispõe sobre a constituição da Câmara Técnica Estadual de Córnea (CTECa), a que se reporta a Resolução SS - 114, de 29-09-2014, republicada em 09-10-2014, e dá providências correlatas.</p>
<p style="text-align: center;">Publicação DOE - Legislativo</p>	<p style="text-align: center;">SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p style="text-align: center;">15/12/2018</p>	<p>LEIS ORDINÁRIAS <u>LEI Nº 16.875, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018</u> (Projeto de lei nº 749, de 2012, do Deputado Hélio Nishimoto – PSDB) Autoriza a Poder Executivo a criar o cargo de Odontologista, no</p>

Estado, e dá outras providências
[DOE, Legislativo, 15/12/2018, p. 3](#)

LEI Nº 16.874, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

(Projeto de lei nº 809, de 2017, do Deputado Fernando Capez – PSDB)

Dispõe sobre sanções a serem aplicadas às operadoras de plano de assistência ou seguro à saúde que estabelecerem limitação de prazo, valor ou quantidade, para internações.

[DOE, Legislativo, 15/12/2018, p. 3](#)

LEI Nº 16.873, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

(Projeto de lei nº 1219, de 2015, do Deputado Adilson Rossi – PSB)

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Referência de Diagnóstico e Tratamento de Pessoas Afetadas pela Síndrome Fibromiálgica.

[DOE, Legislativo, 15/12/2018, p. 3](#)

LEI Nº 16.872, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

(Projeto de lei nº 1399, de 2015, do Deputado José Zico Prado – PT)

Denomina “Patriarca-Vila Ré” a Estação Patriarca da Linha 3-Vermelha da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, na Capital.

[DOE, Legislativo, 15/12/2018, p. 3](#)

LEI Nº 16.871, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

(Projeto de lei nº 905, de 2017, do Deputado Roberto Massafera – PSDB)

Altera dispositivos da [Lei nº 1.093, de 22 de setembro de 1976](#), modificada pela [Lei nº 6.366, de 29 de dezembro de 1988](#), que autoriza a instalação de postos ou estabelecimentos destinados à venda de produtos hortifrutigranjeiros, plantas ornamentais e frutíferas nas faixas de estradas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e em terrenos contíguos.

[DOE, Legislativo, 15/12/2018, p. 3](#)

LEI Nº 16.870, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

(Projeto de lei nº 405, de 2011, do Deputado Welson Gasparini – PSDB)

Cria o Programa Educacional de Prevenção de Acidentes na Infância como atividade extracurricular obrigatória na rede estadual de ensino.

[DOE, Legislativo, 15/12/2018, p. 3](#)

LEI Nº 16.869, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

(Projeto de lei nº 1472, de 2015, do Deputado Gileno Gomes – PSL)

Autoriza o Poder Executivo a determinar que os ônibus intermunicipais tenham cobradores e fixa outras providências

[DOE, Legislativo, 15/12/2018, p. 3](#)

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 918, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

Cria a Comissão Permanente de Defesa e dos Direitos das Mulheres.

[DOE, Legislativo, 15/12/2018, p. 3](#)

	<p><u>RESOLUÇÃO Nº 917, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Altera dispositivo da Resolução nº 576, de 26 de junho de 1970, com modificações posteriores - Regimento Interno da Assembleia Legislativa. DOE, Legislativo, 15/12/2018, p. 3</p> <p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG nº 038/2018 A SECRETARIA-DIRETORIA GERAL torna público o volume de processos julgados no 4º TRIMESTRE do exercício de 2018, pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras e por Julgador Singular. SDG, em 13 de dezembro de 2018. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 15/12/2018, p. 20</p>
<p>14/12/2018</p>	<p>DECRETOS LEGISLATIVOS <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 2487, DE 13 DE DEZEMBRO, DE 2018</u> Considera regulares e ficam aprovadas as contas anuais apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício econômico-financeiro de 2017. DOE, Legislativo, 14/12/2018, p. 5</p> <p>RESOLUÇÕES <u>RESOLUÇÃO Nº 916, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Dispõe sobre o Serviço de Defesa contra o Racismo (SOS-Racismo) e dá outras providências. DOE, Legislativo, 14/12/2018, p. 5</p>
<p>12/12/2018</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 724, DE 2018</u> Mensagem A-nº 170/2018 do Senhor Governador do Estado Autoriza o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS a receber, mediante doação com encargo, do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, o imóvel que especifica. DOE, Legislativo, 12/12/2018, p. 9</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG Nº 37/2018 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna público o calendário de obrigações para 2019 das providências a cargo dos órgãos estaduais e municipais, dependentes ou não, necessárias ao atendimento das exigências das Instruções nº 02/2016: (...) DOE, Legislativo, 12/12/2018, p. 34</p>

<p>11/12/2018</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 721, DE 2018</u> Mensagem A-nº 169/2018 do Senhor Governador do Estado Altera a Lei nº 12.685, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 11/12/2018, p. 9</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 719, DE 2018</u> Dispõe sobre a implantação da Língua Espanhola na grade curricular da Rede Estadual de Ensino. DOE, Legislativo, 11/12/2018, p. 9</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>15/12/2018</p>	<p><u>DECRETO Nº 58.576, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Estabelece limitação de empenho nos termos do art. 9º e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e do art. 44 da Lei nº 16.693, de 31 de julho de 2017</p>
<p>11/12/2018</p>	<p><u>DECRETO Nº 58.561, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018</u> Cria o Observatório da Gastronomia da Cidade de São Paulo.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107